

AÇÕES DAS MADRES E ABUELAS DE PLAZA DE MAYO E O RESGATE DA HISTÓRIA COMO MESTRA DA VIDA

Lucas Barroso

Bacharelado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Recebido: 20/05/2022
Aprovado: 28/06/2022

RESUMO

Este artigo propõe-se a analisar a atuação antiditatorial das mulheres históricas em torno das Madres e Abuelas de Plaza de Mayo, em contexto histórico e atual em torno da última ditadura argentina (1976-1983). A partir da transformação de memórias traumáticas em ações políticas de resistência, visa-se, neste trabalho, entender se é válido firmar possíveis aproximações entre políticas de memória desses grupos e antigas pretensões da história mestra da vida. Para isso, além de suas histórias, serão analisadas uma entrevista concedida por Estela de Carlotto, atual presidenta das Abuelas, o lema “Nunca Más”, lembrando rotineiramente em suas manifestações, e o Projeto de Lei de Fortalecimento e Proteção da Memória, Verdade e Justiça, apresentado pelas Abuelas ao Congresso argentino, em 2019. A partir dessas análises, tentar-se-á projetar uma possível (re)união do horizonte de expectativa com o espaço de experiência, a partir da atual construção de futuros democráticos na Argentina.

PALAVRAS-CHAVE

Ditadura; Argentina; Historia Magistra Vitae.

Introdução¹

Em tempos presentistas de “instabilidade definitiva”,² a nossa atual experiência do tempo seria bipartida em duas eras ou abismos, isto é, um futuro delineado pela incerteza e um passado visto como a-exemplar e igualmente a-didático.³ Nesse contexto instável, o historiador francês François Furet apontou que a humanidade estava sendo atravessada por velhos sentimentos de incerteza, angústia, ameaça e obscuridade de um horizonte de expectativa cerrado em si mesmo.⁴

No decorrer do conturbado século XX, marcado por conflitos armados e desarmonias diplomáticas, o fim da existência humana – por mais de uma vez – pareceu ser o único horizonte de expectativa de futuros vislumbrados como incertos e traumáticos.⁵ Por mais que o acabamento total da humanidade tenha sido postergado, a presença constante de guerras, revoluções – e também “contrarrevoluções” – e regimes ditatoriais tornou-se a principal marca do século passado, o que lhe outorgou o título de “a era da guerra total”, exemplificado principalmente pelos três confrontos globais, a saber: as Duas Guerras Mundiais (1914-1918; 1939-1945) e a Guerra Fria (1945-1991).⁶

A existência internacional desse clima constante de “instabilidade definitiva” e o seu próprio desenlace armado transformaram civis e militares em traumatizados permanentes, o que estimulou interesses investigativos acerca da temática do trauma nos campos da psicanálise, psiquiatria e sociologia. No início da década de 1980, as recentes pesquisas sobre essas sequelas emocionais desembocaram na nomenclatura de “Perturbação de Stress Pós-Traumático” (PSPT), que, de acordo com a American Psychiatric Association, abarcaria situações de conflito, violação, abuso e violência.⁷

1 Esse artigo surge de pesquisas realizadas para a elaboração do trabalho final da disciplina “Violências Contemporâneas: experiência, memória e imaginação”, ministrada no curso de graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no semestre letivo de 2021.1, pela Professora Doutora Silvia Adriana Barbosa Correia. O meu mais profundo agradecimento à referida professora pelo acolhimento mesmo em tempos remotos de pandemia e por todos os incentivos para a execução dessa pesquisa. Também gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos à Professora Doutora Daniella Assemany da Guia por todos os ensinamentos. Muito dos aprendizados foram utilizados aqui. Gratidão!

2 Lucien Febvre, *Combater pour l’histoire*, Paris, Armand Colin, 1992, p. 35.

3 Paul Valéry, *Œuvres*, Paris, Gallimard, 1957, p. 993.

4 François Furet, *Le passé d’une illusion: essai sur l’idée communiste au XXe siècle*, Paris, Robert Laffont, Calmann-Lévy, 1995, p. 808.

5 Cathy Caruth, “Introdução ao trauma”, in: Fernanda Mota Alves; Luísa Afonso Soares; Cristiana Vasconcelos Rodrigues (Orgs.), *Estudos de Memória: teoria e análise cultural*, Famalicão, Edições Húmus, 2016, p. 173-184.

6 Eric Hobsbawm, *Era dos Extremos: O breve século XX, 1914-1991*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

Febvre, *Combater pour l’histoire*, p. 40-41.

7 Caruth, “Introdução ao trauma”, p. 173-184.

Nessa conjuntura, o historiador francês François Hartog, desconsiderando a hipótese de crença no futuro, aponta que uma das saídas encontradas foi voltar-se ao passado.⁸ Em uma tendência de mnemotropismo⁹, a chamada “era da testemunha” levantou importantes questões acerca da rememoração, da violência, do trauma e do esquecimento, o que evidenciou a “emergência da memória”.¹⁰ Em meio aos acontecimentos traumáticos que se instauraram no século XX, instalou-se um novo olhar para o passado. Em um empreendimento de evitar o apagamento das memórias de eventos traumáticos e perturbadores, um dos caminhos traçados foi – mais uma vez – voltar-se para a história como mestra¹¹, com o intuito de, a partir dessa visão, almejar futuros diferentes de passados recentes e presentes caóticos. Com isso, há aqui o início da repaginação pedagógica do conceito antigo de história.

No contexto latino-americano, palco ímpar de intervenções imperialistas, movimentos golpistas, regimes ditatoriais e processos violentos ditos de “restauração”, essa proposição fica mais evidente. As atuações históricas e atuais de políticas de memória contra ditaduras ou até mesmo ameaças ditatoriais pode ser um bom exemplo para isso. Em prol de ideais democráticos, importantes movimentos sociais da América Latina, a partir de atitudes antiditatoriais, têm resgatado as antigas memórias constrangidas pelas ditaduras como uma importante e atual ação política de resistência.¹² Esses esforços acabam contribuindo para a (re)união do espaço de experiência com o horizonte de expectativa, até então separados desde o Século das Luzes.¹³

Vale ressaltar que, prescindindo, obviamente, as suas metodologias e particularidades temporalmente, historicamente e socialmente determinadas, esse empreendimento mnésico e pedagógico contemporâneo se assemelha às antigas pretensões do topos da historia magistra vitae, apresentada por Marco Túlio Cícero, renomado orador da Roma Antiga e responsável pela reinterpretação romana da antiga concepção grega de história. Mesmo distanciados por mais de dois mil anos, tanto na antiga pretensão da história como mestra quanto na atual urgência de políticas de memória, é possível notar a presença da concepção de história como uma coleção de instruções e exemplos, sendo, em ambos, utilizados como fonte de

8 François Hartog, Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo, Belo Horizonte, Autêntica, 2013, p. 23-24.

9 Jöel Candau, “Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade”, Memória em Rede, 1, 1 (2009), p. 43-58.

10 Andreas Huyssen, Seduzidos pela memória, Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000, p. 15.

11 Cícero, De oratore, De fato, Paradoxa Stoicorum, De partitione oratória, Cambridge, Harvard University Press, 1948.

12 Camila Feitosa, “Recordar é resistir: as Abuelas de Plaza de Mayo - Memória como ação política de resistência ao longo do período ditatorial argentino (1976-1983)”, in: Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e Cultural (42.: 2021: Rio de Janeiro).

13 Reinhart Koselleck, Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos, Rio de Janeiro, Contraponto, Ed. Puc-Rio, 2006, p. 42.

proveito para ações no presente.

De modo mais específico ainda, o atual e o histórico contexto da Argentina fornece-nos mais uma válida exemplificação. Em meio a conjuntura altamente repressiva de seu último regime ditatorial-militar (1976-1983), destaca-se a atuação civil das Madres e Abuelas de Plaza de Mayo, grupo de mulheres que, desde 1977, buscam seus entes sequestrados pelo Estado Terrorista Argentino.¹⁴ Travando intensos debates acerca da rememoração, identidade e justiça de transição, esses movimentos sociais, até hoje, visam, a partir da fonte de proveito que seria a história, a construção de futuros democráticos, diferentes do passado ditatorial.

Nesse sentido, pretende-se, com esse artigo, analisar possíveis afinidades e aproximações entre políticas de memória contra ditaduras no contexto argentino, tendo como norte a atuação das Madres e das Abuelas de Plaza de Mayo, e as antigas pretensões do topos da historia magistra vitae.

Para isso, neste texto, buscar-se-á responder aos seguintes questionamentos: como políticas de memória contra ditaduras se apropriam da ideia de autoridade que estaria contida na história? É possível afirmar que há aproximações entre políticas atuais de memória e as antigas pretensões da história mestra da vida? E, por fim, é válido pensar em uma repaginação contemporânea da pretensão da história como mestra da vida a partir das experiências sociais, mnésicas e políticas das mães e avós da Praça de Maio?

O presente artigo encontra-se dividido em seis seções, a saber: Considerações Iniciais; Historia Magistra Vitae: Formulação, Dissolução e Repaginação; Considerações sobre a Memória; Ditadura e Memória na Realidade Argentina; Considerações Finais; e Referências.

Historia magistra vitae: formulação, dissolução e repaginação

Em um primeiro plano, é fundamental compreender-se o contexto de surgimento e da dissolução do topos da história mestra da vida. No século I a.C., Marco Túlio Cícero, em *Da Oratoria*, formulou a expressão historia magistra vitae (“história mestra da vida”, em latim). De acordo com a sua interpretação, resultante de um ponto de vista político e influenciado por modelos helenísticos, a história nos deixaria “[...] livres para repetir sucessos do passado, em vez de incorrer, no presente, nos erros antigos”.¹⁵ Isto é, restaria à história o lugar de fornecimento de exemplos bons e virtuosos para as ações a serem realizadas no tempo presente.

Nas palavras de Cícero,

14 Horacio Riquelme, *Era de névoas: direitos humanos, terrorismo de Estado e saúde psicossocial na América Latina*, São Paulo, Educ, 1993.

15 Koselleck, *Futuro passado*, p. 43.

Historia vero testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, nuntia vetustatis, qua voce alia nisi oratoris immortalitati commendatur [A história é a testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a mensageira da velhice, por cuja voz nada é recomendado senão a imortalidade do orador].¹⁶

O historiador alemão Reinhart Koselleck¹⁷ aponta que, até o início do século XVIII, essa tradição da história mestra da vida permanecia aplicado de forma inquestionável, posto que o percurso histórico da humanidade se conservava em uma constância histórica, isto é, o espaço de experiência estava se projetando frequentemente no horizonte de expectativa, fazendo com que o presente tivesse, de fato, o passado como um norte guiador de suas ações.

Entretanto, as bruscas mudanças políticas, econômicas e sociais iniciadas no Século das Luzes representam as raízes do fenômeno futuro de aceleração da história¹⁸ o que gerou uma desarticulação entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa, antes unidos.¹⁹ Esse descolamento temporal aconteceu uma vez que os ideais processuais e modernos de progresso, enquanto uma consciência de ruptura²⁰ acabaram avolumando o segundo em detrimento do primeiro. Nessa conjuntura, de acordo com Koselleck, a partir do século XVIII, o velho *topos* da história *magistra vitae*, elaborado por Cícero, teria se diluído ao longo da história em movimento da modernidade.²¹

No entanto, o tão almejado progresso, que inflou as expectativas no futuro em oposição ao passado e às tradições, acabou por mais encaminhar a humanidade à barbárie do que ao pleno desenvolvimento global. O ensaísta alemão Walter Benjamin, enquanto identificado como um autor da melancolia, critica e fala em progresso como linearidade da barbárie. Nessa direção, Benjamin relaciona ainda o fazer moderno da história pelo acúmulo de progresso com o acúmulo de corpos. “O conceito de progresso deve ser fundado na ideia de catástrofe”.²² Como resultado desse ideal moderno de progresso, manifestado desde o período do Renascimento²³, foram desembocadas guerras mundiais e conflitos armados.

16 Koselleck, *Futuro passado*, p. 43.

17 Koselleck, *Futuro passado*, p. 42-43.

18 A definição da expressão metafórica “aceleração da história” seria “[...] uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida - uma ruptura de equilíbrio. O arrancar do que ainda sobrou de vivido no calor da tradição, no mutismo do costume, na repetição do ancestral, sob o impulso de um sentimento histórico profundo. A ascensão à consciência de si mesmo sob o signo do terminado, o fim de alguma coisa desde sempre começada”. In: Pierre Nora, “Entre memória e história: a problemática dos lugares”, *Projeto História*, São Paulo, 10 (1993), p. 7.

19 Koselleck, *Futuro passado*, p. 42-43.

20 Francisco José Calazans Falcon, *Iluminismo*, São Paulo, Ática, 1989, p. 61-62.

21 Koselleck, *Futuro passado*, p. 42-43.

22 Walter Benjamin, *Passagens*, São Paulo, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, Editora da UFMG, 2009, p. 515.

23 Falcon, *Iluminismo*, p. 61-62.

Nesse contexto, as experiências em torno dos acontecimentos autoritários e traumáticos do século XX evidenciaram um novo caráter emergencial da memória²⁴, representado pelo seu recente boom, que, na contemporaneidade, parece, contrabalancear a então relação desbalanceada entre o horizonte de expectativa e o espaço de experiência, uma vez que se instaurou um novo olhar para o passado, a partir da implementação de políticas de memória contra o apagamento das experiências oriundas eventos traumatizantes, por exemplo. Desse modo, a partir desses aspectos, é válido pensar em uma repaginação contemporânea da noção antiga de história enquanto mestra da vida, em face do recente processo de valorização de uma dita verdadeira cultura da memória²⁵, em prol da construção de futuros desejados.

Logo,

Se a história se espelha no valor ciceroniano de *magistra vitae*, a memória resgatada e valorizada possui um valor de monumento. No sentido etimológico, a palavra, derivada do verbo latino *monere*, significa lembrar, mas também admoestar, avisar, informar. Assim, a presença da memória cria um elo com o passado em si positivo. A memória é sempre portadora de algum conhecimento, a sua ativação é em si potencialmente educativa²⁶.

Considerações sobre a memória

Segundo com o teórico da cultura alemão Jan Assman²⁷, o ato de lembrar está ligado a ações de obliteração, distinção e evidenciação de recordações em detrimento a outras. Para além de uma subjetividade estritamente pessoal, as memórias são determinadas e condicionadas a partir de processos de socialização e de comunicação com outros sujeitos sociais²⁸. Dessa forma, segundo o historiador português Fernando Catroga²⁹, uma rememoração, enquanto resultado de um trabalho de re-presentificação seletiva³⁰, só seria possível a partir de uma (co)existência conflitiva e tensional entre diversos tipos de memórias (dentre elas, a saber: as pessoais, as familiares, as grupais, as regionais e as nacionais), que, por estarem inseridos em uma constante construção, estariam sujeitas a diversas modificações ocorridas na área das re-presentações do passado. Ainda de acordo com Jan As-

24 Huyssen, *Seduzidos pela memória*, p. 15.

25 Huyssen, *Seduzidos pela memória*, p. 9.

26 Vecchi, "A memória ensina ou ensina-se a memória?", p. 2-3.

27 Jan Assman, "O que é a 'Memória Cultural'?", in: Fernanda Mota Alves; Luísa Afonso Soares; Cristiana Vasconcelos Rodrigues (Orgs.), *Estudos de Memória: teoria e análise cultural*, Famacão, Edições Húmus, 2016, p. 87-116.

28 Assman, "O que é a 'Memória Cultural'?", p. 87-116.

29 Fernando Catroga, *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto, 2001, p. 13-35.

30 Fernando Catroga, "O culto dos mortos como uma poética da ausência", *ArtCultura*, Uberlândia, 12, 20 (2010), p. 167.

sman³¹, indo ao encontro a Maurice Halbwachs³², a memória, enquanto um fenômeno social de manutenção de uma coesão interna³³, seria estruturada em duas raízes, igualmente fundamentais, sendo: a neural e a social, no qual a primeira seria pessoal e a segunda apenas se desenvolveria a partir das interações com outros sujeitos. Nesse sentido, Assman ainda afirma que é “difícil, ou mesmo impossível, distinguir entre uma memória ‘individual’ e uma memória ‘social’”³⁴, posto que, segundo o pensador, a uma sempre acabaria sendo a outra só que em níveis específicos.

Ademais, a composição das subjetividades, a partir dessas influências sociais, faz ainda com que uma rememoração seja seletiva e esteja “sempre ameaçada pela amnésia”.³⁵ Acerca desse tópico, Fernando Catroga³⁶ aponta que a atitude de se lembrar acaba estando condicionada a uma retenção afetiva do próprio pretérito, que é, por sua vez, realizada dentro da tensão tridimensional do tempo. Nessa direção, o historiador português sugere que os nexos subjetivos entre o passado e o tempo presente seriam ditados por determinadas afinidades, o que faz com que cada presente construa a sua própria história seletiva, a partir de necessidades, dispositivos, questionamentos e pelejas do seu próprio tempo.³⁷

A partir desses apontamentos em torno de questões mnésicas no tempo presente³⁸, é importante analisar a memória em seus usos literal e exemplar, de acordo com as considerações do filósofo húngaro Tzvetan Todorov.³⁹ A primeira, enquanto a própria memória do ato, seria a situação em que a recordação seria fechada em si, isto é, seria intransitiva e não conduziria a nada além do próprio ato. O uso literal da memória poderia, por exemplo, ser utilizado para analisar sujeitos, causalidades e consequências de um acontecimento específico. Já a segunda forma de recordação seria resultante de uma generalização e transformaria as memórias em exemplos históricos, o que permitiria a aprendizagem por meio dele e converteria o pretérito em um princípio pedagógico de ação para o presente, o que permitiria utilizá-los em vista do tempo presente.⁴⁰

Nessa direção, a questão da cristalização da memória em lugares é fundamental. De acordo com o historiador francês Pierre Nora, a aceleração da história, iniciada no século XIX, acabou gerando uma articulação entre a sensação de esfacelamento das memórias tradicionais e a consciência de ruptura com o tempo passado. Em virtude disso, novos lugares de memória passariam a ser forjados e reivindicados, para, com receio de um esquecimento fugaz e irremediável, refugiar e cristalizar os passa-

31 Assman, “O que é a ‘Memória Cultural?’”, p. 87-116.

32 Maurice Halbwachs, *La Mémoire collective*, Paris, PUF, 1985.

33 Michael Pollak, “Memória, esquecimento, silêncio”, *Estudos históricos*, 2, 3 (1989), p. 3-15.

34 Assman, “O que é a ‘Memória Cultural?’”, p. 89.

35 Catroga, *Memória, História e Historiografia*, p. 22.

36 Catroga, *Memória, História e Historiografia*, p. 12-35.

37 Catroga, *Memória, História e Historiografia*, p. 12-35.

38 Catroga, *Memória, História e Historiografia*, p. 12-35.

39 Tzvetan Todorov, *Los abusos de la memoria*, Barcelona, Paidós, 2000.

40 Elizabeth Jelin, *Los trabajos de la memoria*, Lima, IEP, 2012, p. 71-92.

dos e, assim, fixar elementos identificativos e representativos no próprio presente.⁴¹

Nos dias atuais de rápido desenrolar da modernidade, a construção – ou não – de lugares de memória estaria condicionada a uma determinada política de memória e, hoje, responderia a uma demanda social contra o esquecimento de fenômenos tidos como traumáticos⁴². Por política de memória, entende-se como um “conjunto das decisões e das medidas relativas ao passado recente ou mais longínquo tomadas pelos poderes públicos a fim de fazer a população aceitar certa interpretação do passado. Elas contribuem para a construção de uma memória pública, ao atribuir um sentido ao passado e ao prefigurar, assim, um futuro desejado”⁴³. A relação entre a memória e a educação seria complexa e exigente. Todavia, enquanto parte de um projeto formativo,

Ensinar a memória é partilhar a responsabilidade sobre o uso do passado, é tomar consciência da sua fragilidade extrema através do indispensável tratamento crítico dos seus débeis vestígios. É assim que a memória passa de resíduo do passado a um conhecimento que se abre para o futuro.⁴⁴

Ditadura e memória na realidade argentina: violência e ausência

No contexto latino-americano, os recentes estudos acerca da (re)construção da memória social são resultantes das experiências traumáticas que foram perpetradas pelas ditaduras civil-militares das décadas de 1960 a 1980. Esse empreendimento mnésico é fruto de uma demanda social contra o silenciamento de episódios de terror, que, essencialmente, seria desejado por parte da sociedade civil que estava ou está envolvida direta ou indiretamente na execução desses próprios episódios.⁴⁵

Em ditaduras, há a intensificação de maniqueísmos, polarizações, censuras, afugentamentos de memórias e repressão. Nesse contexto, a socióloga argentina Elizabeth Jelin aponta que as narrativas oficiais, que são relatadas e exaltadas pelo próprio regime ditatorial, enfrentam pouquíssimos desafios na arena pública. Somente com a presença de reivindicações por aberturas políticas e com a necessidades de lutas por amplos processos de democratização, é que é possível incorporar memórias alternativas, antes censuradas e subterrâneas, a uma nova arena pública, o que faz com haja uma emergência e uma conseqüente complexificação de novos debates em cenários sociais tanto locais quanto nacionais.⁴⁶

Na Argentina, muitos materiais acadêmicos foram e estão sendo construídos acerca da história e da atualidade da memória social no contexto pós-dita-

41 Nora, “Entre memória e história: a problemática dos lugares”, p. 7-28.

42 Bruno Groppo, “O mito da sociedade como vítima: as sociedades pós-ditatoriais em face de seu passado na Europa e na América Latina”, in: Samantha Viz Quadrat, Denise Rollemberg, História e memória das ditaduras do século XX, v. 1, Rio de Janeiro, FGV, p. 39-56, 2015, p. 39-56.

43 Groppo, “O mito da sociedade como vítima”, p. 46.

44 Vecchi, “A memória ensina ou ensina-se a memória?”, p. 5.

45 Groppo, “O mito da sociedade como vítima”, p. 39-56.

46 Jelin, Los trabajos de la memoria, p. 71-92.

torial, visando analisar algumas narrativas envergonhas para, assim, evitar um apagamento proposital de discursos censurados pelos setores dominantes da sociedade argentina. Nessa direção, urge a necessidade de se analisar a luta por memórias alternativas contra o regime ditatorial-militar argentino, partindo das experiências e dos testemunhos dos traumatizados⁴⁷, principalmente aqueles metonimizadas a partir da atuação das Madres e das Abuelas de Plaza de Mayo.

Mesmo antes da eclosão da última ditadura militar argentina (1976-1983) em seu autodeclarado Processo de Reorganização Nacional, a violência já estava em escalada no país. No contexto pré-ditatorial, a repressão política era sentida através das ações das Forças Armadas no combate à “subversão” e da formação da Alianza Anticomunista Argentina (mais conhecida como Triple A ou AAA), um grupo paramilitar de extrema-direita que perseguia e assassinava seus opositores, além de realizar atentados terroristas. Já nesse cenário de vulnerabilidade e de insegurança social, alguns grupos políticos retiraram-se do país, iniciando um incipiente fluxo exíliar que se intensificaria meses depois com a saída de milhares de pessoas.⁴⁸

Entre os anos de 1976 e 1983, na Argentina, habitada à época por cerca de vinte e cinco milhões de cidadãos⁴⁹, instaurou-se uma Ditadura de Segurança Nacional engendrada pelas Forças Armadas, que visava controlar uma “subversão” que estava em escalada desde o governo civil de María Estela Martínez de Perón (1974-1976). Uma repressão interna nunca antes vivenciada no país tomou conta do território argentino.

Ainda em 1983, a Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (CONADEP) constatou mais de nove mil casos de desaparecidos políticos.⁵⁰ Anos mais tarde, o próprio governo argentino, retificando esse dado preliminar, apontou um número de onze mil.⁵¹ No entanto, organizações da sociedade civil argentina estimam mais de trinta mil desaparecidos durante o regime ditatorial⁵², sendo quinhentos sequestros compostos por filhos de desaparecidos e presos políticos que foram apropriados por seus alçozes militares como “botins de guerra”.⁵³ Desse último número, apenas cento e trinta crianças, agora adultas, conseguiram ser restituídas às suas famílias de origem, a partir da ação de organismos civis argentinos. Já dentre os exilados em virtude da ditadura, estima-se um número aproximado entre 300 e 500 mil.⁵⁴

Além de conter ações consideradas “subversivas”, o regime ditatorial-militar

47 Caruth, “Introdução ao trauma”, p. 173-184.

48 Bárbara Geromel, “O exílio conosureño das décadas de 1960 a 1980: considerações sobre o caso argentino”, *Revista Aedos*, Porto Alegre, 13, 29 (2022), p. 855-856.

49 Jacobo Timerman, *Prisioneiro Sem Nome, Cela Sem Número*, Rio de Janeiro, Codecri, 1982, p. 23.

50 Conadep, *Nunca Más: informe de la Comisión Nacional Sobre la Desaparición de Personas*, Buenos Aires, Eudeba, 1984.

51 Loris Zanatta, *Uma breve história da América Latina*, São Paulo, Cultrix, 2017.

52 Luis Alberto Romero, *História contemporânea da Argentina*, Rio de Janeiro, Zahar, 2006, p. 199.

53 Enrique Serra Padrós, *Ditaduras Cívico-Militares na América Latina: os Anos de Chumbo*, Porto Alegre, Porto & Vírgula, 2005.

54 Pablo Yankelevich, “Estudar o exílio”, in: Samantha Quadrat (Org.), *Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2011, p. 210-211.

argentino também tinha a pretensão de implementar uma economia ultraliberal⁵⁵ e executar planos sistemáticos para aniquilar oposições. Assim, articulou-se uma modalidade repressiva institucional a partir das ações de um Terrorismo de Estado (TDE).⁵⁶ Nessa modalidade, uma das fórmulas adotadas pelos militares argentinos foi o desaparecimento de opositores como modelo massificado de aniquilação.⁵⁷ Um completo desaparecimento ocorria, por exemplo, a partir de diversos métodos como o lançamento de corpos, vivos ou não, de aviões ou helicópteros militares no rio da Prata, além de fuzilamentos e enterramentos não identificados em valas comuns.

Um exemplo prático dessa implementação foram os dispositivos repressivos utilizados pelos Centros Clandestinos de Detenção (CCDs). Os CCDs, enquanto metáforas materiais dos discursos autoritários, não tinham o objetivo de deter e corrigir, mas sim de aniquilar e destruir a saúde física e psíquica do detido e de toda dissidência ao governo militar.⁵⁸ Em virtude da clandestinidade da violência e do caráter sistemático de extermínio, muitos dos corpos desaparecidos ainda não foram encontrados e muitas vidas sequestradas ainda aguardam pela restituição às suas famílias de origem.

Acerca dessa questão da completa aniquilação de opositores, cabe aqui um pequeno adendo. Fernando Catroga afirma que os signos funerários, enquanto remetentes ao ausente em um nível invisível e visível, acabariam por “alimentar a ficção de que o corpo não está condenado ao desaparecimento”.⁵⁹ Isto é, eles agiriam a partir de uma lei de compensação ilusória⁶⁰ na direção de esses elementos ocuparem uma lacuna social deixada, à força ou não, pelos próprios não-seres. Nessa direção, a ausência de um túmulo e de símbolos funerários próprios do ausentes, por diversos motivos, prejudicaria a identificação do morto e também dificultaria a individuação, a rememoração e a re-presentificação do finado.⁶¹

Nesse enquadramento da ausência, quando não se acha um corpo sequestrado e assassinado por um Estado Terrorista⁶², por exemplo, há, para amigos e familiares, o que se pode chamar de uma morte em três estágios ou tripla-morte do ente raptado, em uma releitura da historiadora brasileira Maria Paulo Nascimento Araújo⁶³. As três ausências dessa morte poderiam ser dinamizadas em: i) uma morte iniciada, vivida

55 Viviane Forrester, *El horror económico*, México, Fondo Económico de Cultura, 1996.

56 Riquelme, *Era de névoas*, 1993.

57 Andrés Zarankin, Claudio Niro, “A materialização do sadismo: arqueologia da arquitetura dos Centros Clandestinos de Detenção da ditadura militar argentina (1976-83)”, in: Pedro Paulo Abreu Funari, Andrés Zarankin, José Alberioni dos Reis (Orgs.), *Arqueologia da repressão e da resistência na América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960-1980)*, São Paulo, Annablume, Fapesp, 2008, p. 183-210.

58 Benítez, Enríquez, Di Ciano, *El club Atlético*. *Revista de la Asociación de Ex-Detenidos Desaparecidos*, Buenos Aires, 1, 2 (2001), p. 11-18.

59 Catroga, “O culto dos mortos como uma poética da ausência”, p. 168.

60 Jean-Didier Urbain, “Morte”, in: *Enciclopédia Einaudi. Vida/Morte – Tradições – Gerações*, v. 36, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1997, p. 383.

61 Catroga, “O culto dos mortos como uma poética da ausência”, p. 168.

62 Riquelme, *Era de névoas*, 1993.

63 Maria Paula Nascimento Araújo, “Lembranças do golpe – 1964”, *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, 15, 28, (2014).

no primeiro sentimento de morte que seria experienciado na ausência manifestada no próprio ato do desaparecimento político; ii) uma morte metafísica⁶⁴, resultante da constatação de uma morte física, mas sem um a presença concreta de um corpo como testemunho da ausência; e, por fim, iii) uma morte continuada e traumática⁶⁵, que invadiria o cotidiano dos enlutados, uma vez que o luto não é trabalhado, na impossibilidade da execução de um rito funerário verossímil, em virtude da presença de um túmulo vazio, decorrente da ausência de signos funerários e de um corpo como prova, enquanto metáforas da vida ausente⁶⁶, próprios do desaparecido político.

Além disso, estando inserido no contexto de uma dita “guerra contrarrevolucionária à subversão” e, assim, vinculado a uma lógica de Terrorismo de Estado (TDE)⁶⁷, o rapto e a tortura de crianças serviam a diversos objetivos sádicos, como, por exemplo: i) interrogar aquelas que já possuíssem algum tipo de discernimento, visando extrair alguma informação valiosa acerca de seus pais e responsáveis; ii) romper os silêncios dos parentes sequestrados, a partir de possíveis ameaças aos pequenos, bem como também a partir da tortura ou até do assassinato dele, em casos extremos e até os considerados “acidentais”; iii) beneficiar os altos comandos do regime ditatorial-militar com a apropriação e o apagamento das identidades dessas crianças como “resultados da subversão”; e, por fim, iv) educar os menores com uma ideologia conservadora contrária à dos parentes considerados “subversivos”, inculcando neles “os sagrados valores civilizacionais do ‘Ocidente cristão e democrático’”.⁶⁸

Um dos exemplos que demonstram a sistematização dessas práticas voltadas às crianças foi o manual político intitulado *Instrucciones sobre procedimiento a seguir com menores de edad, hijos de dirigentes políticos o gremiales, cuando sus progenitores se encuentran detenidos o desaparecidos*, em que continham instruções práticas e formais para a doação forçada de filhos(as) de presos políticos, sendo, nesse caso, os menores raptados de até quatro anos de idade, para famílias ligadas direta ou indiretamente à burocracia militar do regime ditatorial.

O contexto dessa repressão clandestina resultante do próprio Estado Terrorista argentino e da conseqüente institucionalização dessa violência⁶⁹ deixaram marcas e dores em milhares de cidadãos da Argentina, mas, principalmente, em avós, mães, filhas, tias, sobrinhas e amigas. Mesmo sem a fatualidade de uma urgente ruptura política no país, ainda que reivindicada e necessária desde o golpe militar, diversas organizações da sociedade civil argentina se empenharam na luta antiditatorial e, assim, se destacaram como importantes requerentes do retorno da democracia.

Já a partir do ano de 1977, alguns familiares dos desaparecidos políticos pela ditadura, com destaque para avós e mães, empreenderam protestos pacífi-

64 Arthur Schopenhauer, *O mundo como vontade e como representação*, São Paulo, UNESP, 2005.

65 Caruth, “Introdução ao trauma”, p. 173-184.

66 Catroga, “O culto dos mortos como uma poética da ausência”, p. 168.

67 Riquelme, *Era de névoas*, 1993.

68 Padrós, *Ditaduras Cívico-Militares na América Latina*, 2005.

69 Riquelme, *Era de névoas*, 1993.

cos na Plaza de Mayo, local histórico de reivindicação popular desde os oitocentos, visando descobrir os paradeiros de seus netos e filhos, além de, futuramente, exigirem as suas restituições e suas verdadeiras memórias e identidades. A partir de suas ações contra o silenciamento e o esquecimento, essas mulheres, posteriormente reunidas nas Madres e Abuelas de Plaza de Mayo, acabaram resgatando e integralizando as históricas memórias traumáticas⁷⁰ em uma ação política de resistência⁷¹ no tempo presente, o que, assim, resulta na aproximação com o pressuposto ciceroniano de "(...) testemunha dos tempos [e] luz da verdade (...) "⁷².

Essas ações antiditatoriais, que acabam se apropriando da ideia de autoridade que estaria vinculada à História, visam, a partir da constituição de políticas de memória, construir uma memória pública e nacional, integrando experiências traumáticas⁷³, tanto pessoais quanto fragmentadas, à totalidade da história nacional, com o objetivo de atribuir sentidos pessoais ditos verdadeiros ao passado ditatorial argentino para, assim, prefigurar um futuro desejado⁷⁴, partindo da fonte de exemplos que seria inerente à própria História.⁷⁵

Nessa direção, a definição de Fernando Catroga⁷⁶ de memória transmite bem a atuação histórica dessas mulheres que, atualmente, se reconhecem como defensoras nacionais e internacionais dos direitos humanos. Resgatando as considerações de Reinhart Koselleck⁷⁷, Catroga⁷⁸ acredita que um sujeito se recorda segundo suas necessidades no presente, bem como de seu espaço de experiência e de seu horizonte de expectativa. Desse modo, uma memória seria temporalmente tridimensional (ou seja, passado, presente, futuro).

Como meio de exemplificação, pode-se perceber uma (re)união das três dimensões temporais⁷⁹ nas ações históricas das Abuelas a partir de uma entrevista da Estela Barnes de Carlotto, atual presidenta da associação civil Abuelas de Plaza de Mayo desde o ano de 1990, concedida à *Derechos en Acción*, uma revista científica de conteúdo jurídico vinculada à Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales da Universidad Nacional de La Plata, na Argentina. Nessa conversação, publicada em 2017, Estela de Carlotto afirma:

O sea que el espíritu nuestro no es de venganza, odio o rencor o revancha ni nada, simple-mente justicia y decirle a la sociedad que lo estamos haciendo por ellos porque nosotras deberíamos estar descansando. Y que piensen que si no luchamos todos contra esto y que se pretenda llamar a los asesinos de 30.000 personas, viejitos enfermos para mandarlos a la casa, están dándole la oportunidad para que vuelvan a organizarse para volver reprimir, que no son buena gente son viejos malos. No han cambiado, no

70 Caruth, "Introdução ao trauma", p. 173-184.

71 Feitosa, "Recordar é resistir", 2021.

72 Koselleck, *Futuro passado*, p. 43.

73 Caruth, "Introdução ao trauma", p. 173-184.

74 Groppo, "O mito da sociedade como vítima", p. 46.

75 Cícero, *De oratore*, 1948.

76 Catroga, *Memória, História e Historiografia*, p. 12-35.

77 Koselleck, *Futuro passado*, p. 43.

78 Catroga, *Memória, História e Historiografia*, p. 12-35.

79 Catroga, *Memória, História e Historiografia*, p. 12-35.

confiesan, no se arrepienten y prometen volver a hacerlo.⁸⁰

Claramente condensando passado, presente e futuro em sua consideração, a entrevista de Estela de Carlotto demonstra bem como a urgência presentista de ações antiditatoriais desse histórico grupo de mulheres estão centradas em suas próprias relações pessoais de experiência com um passado traumático, bem como em expectativas gerais de um futuro democraticamente desejado. A partir disso, há, assim, em virtude de uma urgência histórica em torno da tridimensionalidade da memória⁸¹, uma importante (re)conexão temporal entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa, separados desde o Século das Luzes, segundo as postulações de Reinhart Koselleck⁸². Além disso, também é possível vislumbrar como o pretérito é re-presentificado⁸³ e referenciado como um exemplo para as suas ações no tempo presente, o que, em sua ideia de autoridade, reforça o resgate remodelado da História como mestra da vida.

Essas considerações acerca da primeira fonte utilizada também podem ser válidas para uma segunda análise. Nesse momento, além da entrevista, averiguar-se-á o vigésimo artigo do Projeto de Lei de Fortalecimento e Proteção da Memória, Verdade e Justiça, apresentado pelas Avós da Praça de Maio ao Congresso da Nação Argentina, no dia 21 de março de 2019, em um contexto singular do macrismo. Com o empreendimento de sustentar e aprofundar políticas públicas de rememoração e de defesa nacional dos direitos humanos, o dispositivo legal lançava luz acerca da necessidade de um esforço (re)memorialístico e público de criação de lugares de memória, tanto materiais quanto simbólicos – em consonância com a definição e as classificações de Pierre Nora.⁸⁴

Os casos mais emblemáticos de suas propostas legais, podem, por exemplo, ser o intuito de fixar objetivos normativos e formais acerca do Archivo Nacional de la Memoria (criado a partir do Decreto 1259/2003) e do Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti (criado no Decreto 1982/2010). Segundo o vigésimo artigo desse projeto de lei, seria um dos objetivos do Archivo Nacional servir para “contribuir a la profundización de la conciencia colectiva y a la preservación de la memoria tendiente a impedir conductas presentes o futuras violatorias de los Derechos Humanos por parte del Estado y sus agencias”.⁸⁵

80 Re Dea, Entrevista a Estela de Carlotto, presidenta de la Asociación Abuelas de Plaza de Mayo, *Derechos en Acción*, 3 (2017).

81 Catroga, *Memória, História e Historiografia*, p. 12-35.

82 Koselleck, *Futuro passado*, p. 42-43.

83 Catroga, “O culto dos mortos como uma poética da ausência”, p. 168.

84 Nora, “Entre memória e história: a problemática dos lugares”, p. 7-28.

85 Marcos Bentancourt, “Un proyecto de ley para fortalecer la memoria, la verdad y la justicia”, *Abuelas de Plaza de Mayo*, 21 mar. 2019, <https://www.abuelas.org.ar/noticia/un-proyecto-de-ley-para-fortalecer-la-memoria-la-verdad-y-la-justicia-1097>, acesso em 11 dez. 2021.

O projeto legal reúne necessidades presentistas, espaços de experiências e horizontes de expectativas – no sentido da tridimensionalidade histórica da memória⁸⁶, de forma balanceada e igualmente valorizados, em vista da construção de um “aprofundamento da consciência coletiva”.⁸⁷ A partir desse intuito memorialístico, é possível entender essa ação como próxima às antigas pretensões do topos da historia magistra vitae. Há um empreendimento de experienciar o tempo presente – e, por consequência o futuro (aqui em busca da ausência de “violações dos Direitos Humanos por parte do Estado ou suas agências”)⁸⁸ – a partir de históricos exemplos do passado ditatorial argentino, indo em direção à máxima ciceroniana de “evitar repetir os erros antigos”.⁸⁹

Por fim, também pode-se destacar outra situação que essas proposições ficam ainda mais evidenciadas. Ao analisar-se o lema *Nunca Más*, lembrando rotineiramente nas manifestações das Mães e Avós da Praça da Maio, tem-se outro exemplo dessa (re)união de tempos em torno das ações dessas mulheres históricas, bem como da valorização de exemplos históricos como guias norteadores. Inserido “no fato de que sabemos a que nos referimos quando desejamos que isso não se repita”⁹⁰, o slogan, em sua natureza linguística e política, condensa, por si só, a tridimensionalidade da memória⁹¹, uma vez que reúne e integraliza os vestígios e os restos de um passado traumático⁹² como parte constituinte do tempo presente, almejando a construção de futuro democraticamente desejado. Desse modo, voltando os olhos para as experiências do passado, enquanto uma fonte proveitosa de exemplos, essas mulheres constroem presentes e vislumbram futuros na Argentina.

Portanto, colocando a história novamente à serviço da vida e não a de um conhecimento puro, essas mulheres são históricas, uma vez que, trazendo uma releitura das considerações intempestivas do filósofo alemão Friedrich Nietzsche,

[...] o olhar para o passado [as] impele para o futuro, acende a sua coragem para manter-se por mais tempo em vida, inflama a esperança de que a justiça está por vir, de que a felicidade está sentada para a qual estão se dirigindo. [...] Acreditam que o sentido da existência se iluminará no decorrer de um processo. Assim, apenas por isto, [elas] só olham para trás a fim de, em meio à consideração do processo até aqui, compreender o presente e aprender a desejar o futuro impetuosamente [...].⁹³

86 Catroga, *Memória, História e Historiografia*, p. 12-35.

87 Bentancourt, “Un proyecto de ley para fortalecer la memoria, la verdad y la justicia”, 2019.

88 Bentancourt, “Un proyecto de ley para fortalecer la memoria, la verdad y la justicia”, 2019.

89 Koselleck, *Futuro passado*, p. 43.

90 Beatriz Sarlo, *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*, São Paulo, Companhia das Letras, 2007, p. 20.

91 Catroga, *Memória, História e Historiografia*, p. 12-35.

92 Caruth, “Introdução ao trauma”, p. 173-184.

93 Friedrich Nietzsche, *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2003, p. 14-15.

Considerações finais

Em meio às catástrofes do século XX, somente a presença da memória em si no espaço público não é mais capaz de gerar um evento educativo e de conhecimento. A rememoração conserva passados, mas, sem políticas efetivas de memória, não há a ativação de nenhuma prática de uso desses mesmos passados, o que acaba não os integralizando no tecido tanto cultural quanto social. Desse modo, com a ausência dessas políticas, os conhecimentos que poderiam ser transmitidos perdem-se e tornam-se intransmissíveis.

Contextualizada na lógica da temporalidade contemporânea e confrontando a linearidade temporal moderna, a atuação mnésica das Madres e Abuelas da Plaza de Mayo traduz-se em manifestações sócio-históricas e em reivindicações memorialísticas em prol da rememoração de experiências traumáticas e da construção de lugares de memória, sendo eles materiais, funcionais ou simbólicos. A partir das suas atuações no campo das memórias sociais, é possível pensar em aproximações, despretenhosas ou não, entre suas políticas antiditatoriais de memória e as antigas pretensões do topos da historia magistra vitae. Suas atitudes, almejando a construção de futuros democráticos, acabam por (re)unir novamente o horizonte de expectativa com o espaço de experiência, até então separados desde a lógica do progresso do século XVIII.

Partindo das instruções e dos exemplos que seriam inerentes à História e condensando as três dimensões temporais em suas ações por memória, torna-se possível pensar em um resgate remodelado da pretensão da história como mestra da vida na contemporaneidade, a partir das atuações das Madres e Abuelas na Argentina e na América Latina. Seja nas considerações da sua presidenta, Estela de Carlotto, no seu projeto de lei analisado ou em manifestações do grupo em torno do lema Nunca Más, é fato que, desde os fins da década ditatorial de 1970, essas mulheres históricas, a partir da reivindicação da construção integralizada de uma memória pública no tempo presente, (re)conectam os tempos em um só e, assim, na contemporaneidade, resgatam e remodelam a antiga pretensão da história como mestra da vida. Desse modo, assim como a Estela de Carlotto foi recebida em uma das recorrentes manifestações do grupo em Buenos Aires, pode-se olhar para todas essas mulheres históricas e, finalmente, após alguns séculos, dizer: “¡Qué suerte, una maestra!”⁹⁴

94 Estela Barnes de Carlotto, Interview with Estela Barnes de Carlotto, Interviewed by Vincent Bernard e Ximena Londoño, *International Review of The Red Cross*, 99, 905 (2017), p. 488.